



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2028 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)

GT 02 - História da Educação

?Um apaixonado da psiquiatria? ? Arthur Ramos: a concepção de uma instituição e de um intelectual
Matheus Henrique da Silveira - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

"Um apaixonado da psiquiatria". Assim Gilberto Freyre definia Arthur Ramos, médico alagoano que, por suas filiações aos campos da Medicina Legal e da Antropologia e sobretudo, as ideias de Nina Rodrigues, foi inserido entre os baianos que se transferiram para o Rio de Janeiro após a Revolução de 1930. Nome intimamente ligado à Reforma do Ensino carioca de 1931 promovida por Anísio Teixeira, Ramos assume em 1934 a criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (S.O.H.M.), órgão responsável pelo fornecimento de dados sobre os alunos e seus familiares, relacionando para isso, os problemas escolares com as questões sociais. Juntamente à formação do Serviço encontrava-se a formação de um intelectual que caminhava entre os campos da Medicina, da Antropologia e da Educação, fazendo com que ele, correspondente direto de Sigmund Freud, passasse a lidar com a instituição do campo da Psicanálise no Brasil. Este fator permeou toda a constituição de um arcabouço de práticas realizadas pelo Serviço dirigido por Ramos e assim, constituíram a instituição sob moldes particulares, ainda que inserida dentro das ideias que moviam a Educação à época. Este texto busca aproximar-se da atuação de Arthur Ramos e as balizas que formaram o S.O.H.M.

"Um apaixonado da psiquiatria" – Arthur Ramos: a concepção de uma instituição e de um intelectual

Os ecos da Revolução de 1930, que criavam um ambiente demasiado conturbado na Política brasileira e carioca, deixavam suas marcas também no campo da Educação, baralhando os dois campos. Segundo Clarice Nunes (2000; p. 228) as dificuldades do Estado em "[...] impor seus pontos de vista nos campos de atividade em que sua intervenção se pretendia incisiva [...]", na conjuntura da Revolução que levava Getúlio Vargas ao poder, exigiam que novos posicionamentos e acordos fossem realizados. A nomeação de Anísio Teixeira (para o cargo de Superintendente do Serviço-Geral de Inspeção do Ensino Secundário em 1931, mesmo ano em que, mais tarde, assumiria a então Diretoria Geral de Instrução Pública[1] da capital), assinalava assim, a garantia da presença de um "profissional técnico" contra a imagem de um "político profissional", caracterizando assim, a vinda do educador baiano para a capital federal como uma questão não somente educacional, mas marcadamente política.

Os anos seguintes a revolução de 30 estabeleciam, desta maneira, a vinda de novos nomes para o Rio de Janeiro, incentivados, sobretudo, pela presença de figuras como Afrânio Peixoto. Dentre estes profissionais, grande parte[2] estava associado à "Escola Nina Rodrigues", termo, pelo qual ficaram conhecidos os médicos e cientistas sociais que se ligavam às ideias do médico baiano Nina Rodrigues. Considerado o "mito de origem da Medicina Legal brasileira" e um dos responsáveis pela institucionalização da antropologia no Brasil, o vínculo com suas ideias caracterizava a correspondência com uma importante referência na história intelectual brasileira (CORRÊA, 1998, p. 13). Arthur Ramos, o "mais humilde de seus discípulos", como ele próprio se apresentava, seria nomeado por Anísio Teixeira como chefe da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental, órgão que compunha a Divisão de Pesquisas Educacionais, pertencente ao Instituto de Pesquisas Educacionais.

Ramos, alagoano de Pilar, concluíra seus estudos com a tese de livre docência "A Sordície nos Alienados, ensaio de uma psicopatologia da imundície", na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1928, em Salvador onde, logo depois, atuaria como médico-legista no Instituto Nina Rodrigues e seria o responsável por retomar a sociedade fundada por Nina Rodrigues sob o nome de "Sociedade de Medicina Legal, Criminologia e Psiquiatria da Bahia". Atuaria também como médico psiquiatra e como perito em casos judiciais. Sua formação e trabalhos o colocariam, assim, em contato com Anísio Teixeira, que assumira o cargo de chefe da Inspetoria Geral da Bahia em 1924 e assumiria, em 1931 o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública.[3]

A percepção do problema

Quando da morte de Arthur Ramos a outubro de 1949 em Paris, na França, Gilberto Freyre, antropólogo reconhecido sobretudo por suas produções sobre a "questão racial" brasileira, escrevia ao Diário de Notícias do Rio de Janeiro no dia 15 de Janeiro de 1950 um artigo intitulado "Mestre Arthur Ramos" onde repetia, segundo ele, a velha opinião que nutria sobre Ramos: "O maior africanologista brasileiro" (FREYRE, 1950). O "título" conferido a Ramos, juntamente com o título do artigo, que aludiam à sua importância intelectual contrastavam, entretanto, com o tom com que Freyre retomava a trajetória do médico alagoano e os pontos de encontro com a sua própria trajetória.

Gilberto Freyre relembra que seu primeiro encontro pessoal com Arthur Ramos foi no âmbito da fundação da Universidade do Distrito Federal, por Anísio Teixeira e retoma uma controvérsia que, para além de marcar aquela conjuntura, havia assinalado toda a relação entre os dois intelectuais até então, como se verá adiante. Ao assumir o departamento de sociologia, antropologia e psicologia, na então Faculdade de Economia e Direito, Freyre revela que entrara em discordância com Arthur Ramos, professor escolhido para a Cátedra de Psicologia, ao criticar seu programa “excessivamente sobrecarregado de psicanálise” (*Idem*). O sociólogo aponta que “Ramos não gostou da crítica: era então um apaixonado da psicanálise e um tanto intolerante de outras interpretações ou tendências psicológicas.”, mas lembra que pôde (*Idem*):

“[...] aos poucos, ir pondo em contato o ilustre homem de ciência, que reunia tão raras qualidades de pesquisador e de professor, com trabalhos por ele ainda desconhecidos de africanistas norte-americanos (...) que talvez pudessem estender – pensava eu – sua visão de psicólogo e de etnólogo com relação ao problema do negro no Brasil.”

Mariza Corrêa, ao estudar a formação e a trajetória do movimento que ficou conhecido como “Escola Nina Rodrigues”, estabelece um caminho pela atuação de seus membros (dentre eles Arthur Ramos e Gilberto Freyre), no qual coloca Nina Rodrigues como nexo comum entre médicos e cientistas sociais que, segundo a autora, o reivindicaram como seu “pai espiritual” (CORRÊA, 1998, p. 13). Perícia médico-legal e pesquisa antropológica estariam assim, imbricadas na redescoberta das análises da realidade nacional, problemática comum aos trabalhos de Nina Rodrigues, que se voltava para uma definição de povo e do país enquanto nação (*Ibidem*, pp. 14-15). O empenho de Nina Rodrigues na tentativa de tornar a Medicina Legal um ramo autônomo da medicina brasileira ao final do século XIX se combinava com a constituição do campo da Antropologia no Brasil por meio da “questão racial”, tendo a ciência como mote aglutinador na construção de imagens ideais do país (*Ibidem*, p. 15).

O encontro do médico e do cientista social alagoanos no Rio de Janeiro, expressava assim, o papel que cada um buscava assumir dentro da herança intelectual que Nina Rodrigues havia legado à época. Corrêa aponta que Freyre e Ramos opunham-se, no início do século XX, na busca por legitimar seus grupos nas áreas de pesquisa que ajudaram a construir (*Ibidem*, pp. 289-290). Ao demonstrar que parte da produção de Arthur Ramos apresenta “incompatibilidade teórica” com a obra de seu mestre, a autora propõe que (*Ibidem*, p. 289):

a representação do trabalho do médico maranhense efetuada na década de 30 pretenda-se mais à tentativa de legitimar o trabalho de um grupo, por oposição a outros, do que a um interesse de resgatar trechos esquecidos de nossa história intelectual ou de dar continuidade a certas linhas de pesquisa [...]

Este movimento acompanhava o ressurgimento da “questão racial”, durante a década de 1930 e seria marcado, assim, segundo Corrêa, pela disputa entre quem seria o melhor discípulo de Nina Rodrigues no momento em que o campo da antropologia se renovava. Entretanto, a noção de “raça” “[...] como parte do substrato orgânico e/ou psicológico do indivíduo [...]”, amplamente utilizada pelo médico maranhense, ainda que houvesse sido ligada a noção de cultura por Ramos, passou a simbolizar parte de um passado “[...] com o qual se desejava romper” (*Ibidem*, p. 290), passado onde se encontravam Arthur Ramos e Gilberto Freyre.

Ao voltar seu interesse pela trajetória de Ramos em comparação com outros intelectuais e suas atuações dentro do movimento enquanto tal, a autora realiza, então, uma associação com o passado do médico, pertinente ao entendimento buscado aqui. Quando apresenta um Arthur Ramos que havia se “[...] convencido, afinal, de que os aspectos psicológicos de suas análises a respeito das relações raciais estavam deslocados na produção de um ‘antropólogo’” (*Ibidem*, p. 290), a figura do “apaixonado pela psiquiatria” é evocada na passagem entre os trabalhos nos hospitais da Bahia para o trato com a criança-problema no Rio de Janeiro a partir de 1933.

Se o início da atuação de Ramos fora marcado por um uso desconexo da obra de seu mestre, onde “repetia enfadonhamente” as afirmações de Nina Rodrigues “[...] numa linguagem culturalista ou psicanalítica [...]” (*Ibidem*, p. 288), o momento^[4] “Arthur Ramos Psiquiatra”, como denominaria Maria Odete Menezes (2011) traria consigo o arcabouço metodológico de Nina Rodrigues unido a novas bases teóricas com as quais Ramos havia iniciado contato ainda no princípio de sua formação, sobretudo a psicanálise. Retoma-se, assim, a importância que representou seu aprofundamento nas teorias psiquiátricas e psicanalíticas de Sigmund Freud e Lucien Levy-Bruhl, autores com os quais correspondia-se diretamente^[5], na intersecção com as obras de Nina Rodrigues.

Psicanálise e Psiquiatria: a quebra da “moralidade”

Maria Odete Menezes aponta, ao se deter sobre o estudo da utilização da psicanálise por Ramos, que o entendimento da Psiquiatria no Brasil do início do século XX foi marcado pelo predomínio organicista, baseado nas teorias alemãs e voltado para fatores biológicos, em oposição às teorias francesas que calcavam uma concepção moral sobre as doenças mentais (MENEZES, 2011, p. 142). Este fator, entretanto, não significou uma mudança efetiva na forma como médicos ligados as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia pensavam a prática médica até então. A autora toma a chegada da psicanálise ao Brasil, ainda enquanto área pertencente ao campo da Psiquiatria, para propor que o projeto higienista, de caráter eugênico, voltado ao “melhoramento da raça brasileira” e pretendido pela medicina da época, incorporou o discurso psicanalítico de forma a encaixá-lo no projeto político com o qual se ligava o campo médico, (MENEZES, 2011, pp. 142-143).

Associada sobretudo ao movimento da Higiene Mental, a Psicanálise criada pelo médico Sigmund Freud, foi utilizada no início do século XX no Brasil como forma de conciliação entre as teorias do campo, o que colocava sua aplicação como uma utilização dos mesmos instrumentos psiquiátricos já empregues, mas com usos diferentes (*Ibidem*, pp. 146-147). O crescimento, entretanto, do programa de Higiene Mental no Brasil a partir do final dos anos 1920, era marcado, segundo Menezes, por um projeto modernizador da elite intelectual brasileira que buscava intervir na sociedade de forma a discipliná-la, movimento que partia sobretudo da elite médica psiquiátrica em sua preocupação

com a criança e a prevenção das doenças mentais.

Ao tomar a obra de Jurandir Freire Costa, “História da Psiquiatria no Brasil”, Maria Odete Menezes retoma um ponto crucial para a atuação de Arthur Ramos e a formação do S.O.H.M.: a concepção no campo da psiquiatria de que, a intervenção médica a partir de 1926 voltava-se para a prevenção, fez com que a prática tradicional fosse deslocada para o domínio cultural, até então “[...] situado fora dos domínios da psiquiatria (COSTA, 1989, p. 79 Apud MENEZES, 2011, p. 148).

O deslocamento da especialidade para o “domínio cultural”, proposto por Menezes, pode ser entendido através da relação que o campo médico assumia à época com os temas sócio-políticos. Segundo Mariza Corrêa, a escassa existência de “núcleos institucionalizados de saber”, como o eram as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e o início do XX, fez com que discussões como as que giravam em torno da busca pela definição do país e de povo brasileiro, fossem realizadas por profissionais médicos. Entretanto, a multiplicação dos objetos “dos saberes institucionalmente produzidos” (como raça, sexualidade, crime, loucura e menoridade) multiplicou também as especialidades, como foi o caso da psicanálise, desprendendo os intelectuais das áreas até então consideradas como “matrizes originárias”, como o era o campo da Medicina e do Direito (CORRÊA, 1998, pp. 306-307)

Corrêa, tomando a obra “Danação da Norma: Medicina Social e constituição da Psiquiatria no Brasil” (1978), de Roberto Machado, Angela Loureiro, Rogério Luz e Katia Muricy, propõe que (MACHADO *et al.*, 1978, 194 *apud* CORRÊA, 1998, p. 307):

[...] é quase ilusório, ou ritual, continuarmos a falar na atuação de higienistas, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, criminólogos ou antropólogos como pertinentes ao campo do saber médico e em sua atuação como função de uma medicalização da sociedade ou como mera expressão, múltipla, de uma ‘medicina social’ (...). Eles representavam isso também, mas sua atuação os levou a desprender-se de sua filiação institucional original e de sua formação teórica inicial e é apenas por uma comodidade de linguagem que podemos continuar a denomina-los de médicos.

Arthur Ramos foi, dentro deste grupo de intelectuais, marcadamente um exemplo de como a atuação profissional passaria a borrar os limites da formação acadêmica e assim respectivamente. Corrêa (1998, p. 305) aponta que seu trabalho com as crianças assinalaria uma compreensão melhor de sua inserção na Escola que ajudara a criar, ao aplicar “[...] com mais ênfase o procedimento utilizado por Nina Rodrigues em quase todos os seus trabalhos, os estudos de caso [...]” e:

[...] foi também ao analisar a ‘criança-problema’ que mais se aproximou da visão de seu mestre a respeito da importância de focalizar áreas ambíguas ou indefinidas das relações sociais como reveladoras, analisando categorias definidas como liminares ou desviantes.

O convite para a criação do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental marcou assim, as formas pelas quais Ramos se relacionou com os procedimentos e categorias metodológicas fornecidas por seu mestre, juntamente com o caminho percorrido pelo médico dentro da constituição dos diferentes campos do conhecimento pelos quais percorreu e que definiram sua atuação.

Bibliografia

Fontes

INVENTÁRIO. Arquivo Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. 555 p.

RAMOS, Arthur. **A família e a escola: conselhos de higiene mental aos pais.** [Rio de Janeiro], [1934]. 38 p. Imp. I.P.E. (Instituto de Pesquisas Educacionais), Série D, Vulgarização, nº 5. [Acervo microfilmado, gentilmente cedido pela Fundação Biblioteca Nacional].

RAMOS, Arthur. **A higiene mental nas escolas: esquema de organização.** [Rio de Janeiro], 00/3/1934. 10 p. Orig. Imp. I.P.E. (Instituto de Pesquisas Educacionais), Série B, Planos e Inquéritos, nº 3, 1935. Segunda Edição. Dois exemplares. [Acervo microfilmado, gentilmente cedido pela Fundação Biblioteca Nacional].

RAMOS, Arthur. **A Criança Problema: a higiene mental na escola primária.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Bibliotheca Pedagogica Brasileira – Actualidades Pedagogicas, v. 37).

RAMOS, Arthur. **Educação e Psychanalyse.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Bibliotheca Pedagogica Brasileira, v. VII).

TEIXEIRA, Anísio Spíndola. **[Carta]**, 15/11/1939, Bahia, [para] RAMOS, Arthur, Bahia, 1 p. Orig. Carta a Arthur Ramos elogiando o seu trabalho na Seção de Ortofrenia e Higiene Mental.

TEIXEIRA, Anísio Spíndola. **[Carta]**, 24/12/1931, Rio de Janeiro, 1 p. Orig. [para] RAMOS, Arthur. Carta a Arthur Ramos agradecendo a remessa de publicações.

FREYRE, Gilberto. Mestre Arthur Ramos. **Diário de Notícias.** Rio de Janeiro, 15 de jan.1950. Quarta seção, segunda página.

Obras

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo**. Maceió, AL: Editora UFAL, 2000.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista, SP: EDUSF: IFAN, 2001.

CORRÊA, Mariza. Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 68, p. 130-139, dez/fev. 2005-2006.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

LIMA, Ana Laura Godinho. A criança-problema e o governo da família. **Estilos da Clínica (USP)**, São Paulo, v. ano XI, n. 21, p. 126-149, 2006.

LIMA, Ana Laura Godinho. **O espectro da irregularidade ronda o aluno: um estudo da literatura pedagógica e da legislação sobre a criança-problema**. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, SP, 2004.

MENEZES, Maria Odete. Arthur Ramos e a Psicanálise na Bahia. In: BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti **Arthur Ramos - Memória do Saber**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2011. pp.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.

PAULILO, André Luiz. **A Estratégia como Invenção: as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922 e 1935**. 2007. 430 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

PAULILO, André Luiz. Nanette e Boné Preto vão à escola: conduta pessoal e escolarização nos anos de 1930. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas-SP, v. 13, n. 2 (32), p. 133-158, maio/ago. 2013.

PAULILO, André Luiz. **Políticas Públicas de Educação: a estratégia como invenção: Rio de Janeiro, 1922-1935**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

[1] Até o ano de 1933, o órgão de controle da instrução pública no Rio de Janeiro se estruturava na Diretoria Geral de Instrução Pública (DGIP). Com a reforma do ensino proposta por Anísio Teixeira, o órgão passaria a se chamar Departamento de Educação, alterando também sua configuração, como demonstra Paulilo (2015).

[2] Mariza Corrêa descreve a vinda de Afrânio Peixoto (e de nomes como Diógenes Sampaio e Juliano Moreia, também baianos) para o Rio de Janeiro através do eixo comum que representava a “Escola Nina Rodrigues” e a Faculdade de Medicina da Bahia. Corrêa (1998, pp. 206-207) aponta que Afrânio Peixoto havia deixado seu estado natal em 1902, buscando se tornar professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na cátedra de Medicina Legal, a mesma que seu mestre Nina Rodrigues ocupava na Bahia. Após 1930, as carreiras de Anísio Teixeira (Diretor da Instrução Pública) e de Bernardino Madureira de Pinho (Secretário da Polícia e Segurança Pública) na Bahia, ficaram ameaçadas com a saída de Góis Calmon do governo estadual, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro uma opção com mais possibilidades. Desta forma, transferem-se para o Rio de Janeiro em 1931 junto à Teixeira, os irmãos Péricles e Demóstenes Madureira de Pinho, filhos de Bernardino e que, mais tarde seriam vizinhos e colegas de Arthur Ramos. O pai de Anísio Teixeira, Deocleciano Pires Teixeira teria sido colaborador efetivo do Instituto Nina Rodrigues como médico. Com Arthur Ramos, transferem-se para a cidade do Rio de Janeiro Álvaro Dória e Armando de Campos, ambos tendo ocupado anteriormente a direção do Instituto Nina Rodrigues. Apesar de ser alagoano de Pilar, Ramos teria “se tornado baiano” assim como Nina Rodrigues, ideia que é associada a atuação dos dois médicos dentro da formulação do campo da Medicina Legal no Estado da Bahia e no Rio de Janeiro, sobretudo por meio das relações estabelecidas entre os membros da Escola no eixo das duas Faculdades de Medicina do país à época. Corrêa utiliza o livro “São Assim os Baianos” (1960) de Péricles Madureira de Pinho para ilustrar a questão.

[3] Até o ano de 1933, o órgão de controle da instrução pública no Rio de Janeiro se caracterizava na Diretoria Geral de Instrução Pública (DGIP). Com a reforma educacional proposta por Anísio Teixeira, o órgão passaria a ser o Departamento de Educação.

[4] A concepção de “momentos” na carreira de Arthur Ramos está ligada, sobretudo, a diversificação de posições que os profissionais médicos assumiam à época no Brasil, como se verá mais adiante.

[5] Dentro do acervo Arthur Ramos, alocado junto à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, encontram-se correspondências entre Arthur Ramos e o médico e o filósofo.